

## O TURISMO RURAL NO BRASIL

Michel Longatti de Resende

Graduado em Biomedicina pela UNIFENAS/MG, com especialização em Administração Pública pela Universidade Cândido Mendes/RJ . Atua como técnico administrativo na Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). Interessa-se por economia, administração e administração pública.

RESUMO: O turismo rural vem ganhando importância no Brasil, devido às várias vantagens à sociedade em termos de viabilidade econômica, social, patrimonial e territorial. É nesse sentido, que se pretende recorrer ao turismo como dinamizador das zonas mais fragilizadas do país, os espaços rurais.

Palavras-chave: Turismo Rural; Campo; Economia; Empreendedorismo, Agricultor.

ABSTRACT: Rural tourism is gaining importance in Brazil, with emphasis on economic, social, patrimonial and territorial statistics. It is in this sense that tourism is used as a stimulator of the most fragile areas of the country, rural areas.

Keywords: Rural Tourism; Field; Economy; Entrepreneurship; Farmer.

## 1. INTRODUÇÃO

Os produtos do estudo Retrato do Turismo Rural no Brasil, com foco nos Pequenos Negócios pretendem prover informações e possibilitar reflexões que permitam compreender a complexidade do ambiente do Turismo Rural, podendo, assim, atuar de forma efetiva no segmento, por intermédio de soluções adequadas ao desenvolvimento sustentável dos seus pequenos negócios, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural das comunidades. Retrato do Turismo Rural no Brasil, com foco nos Pequenos Negócios é um conjunto de estudos e pesquisa composto por etapas.

Ambiente Legal aborda a normalização do Turismo e aponta o deslocamento do Turismo Rural para o mundo agrário, uma vez que sua especificidade é estar comprometido com a produção agropecuária realizada no empreendimento rural.

Legislação traz as normas que impactam diretamente na atividade de Turismo Rural e em seu ator principal – o agricultor familiar e/ ou empreendimento rural familiar e/ou produtor/trabalhador rural. Incentivos aborda a oferta de crédito e o fomento às atividades da segmentação do Turismo Rural no âmbito do Turismo.

Os estudos apontam que não há um alinhamento entre a norma e a prática. O empreendedor de Turismo Rural (agricultor familiar, empreendedor familiar rural, produtor rural, trabalhador rural) é o centro de uma cisão da falta de especificidade no ordenamento jurídico (trabalhista, previdenciário, comercial, tributário, fiscal e sanitário) que possa compor um ambiente normativo de Turismo Rural.

A ausência de um tratamento legal específico para o Turismo Rural desafia a competitividade, pois a singularidade da produção e da prestação de serviços não é considerada pela legislação (SEBRAE, 2013)

Dito isso, o turismo rural vem ganhando importância no Brasil, devido às várias vantagens à sociedade em termos de viabilidade econômica, social, patrimonial e territorial. É nesse sentido, que se pretende recorrer ao turismo como dinamizador das zonas mais fragilizadas do país, os espaços rurais.

O meio rural passa por grandes transformações, principalmente nas relações de produção e trabalho, decorrentes do processo de intensificação da globalização e modernização da agricultura. Nesse processo, as atividades agropecuárias vêm enfrentando problemas, como a desagregação das formas tradicionais de articulação da produção e uma desvalorização gradativa em relação a outras atividades, levando à busca de novas fontes de renda que gerem a dinamização econômica dos territórios rurais.

O processo de urbanização acelerada em torno de médias e grandes cidades do Brasil, tem exigido de seus habitantes um contato maior com a natureza e com os animais. Por isso há uma crescente importância, no nossos dias, pelo turismo como prática social e, principalmente, como atividade econômica para os empreendedores, e esse crescimento tem contribuído para o surgimento de diversas iniciativas direcionadas para seu desenvolvimento. O turismo é tido como ferramenta para alavancar economias nacionais, regionais e locais (Silveira, 2001).

A essência do agroturismo é quanto mais simplicidade, melhor. A ideia é que as pessoas conheçam as formas como eles vivem. A família abre as portas para mostrar seu modo de vida, sua cultura, sua gastronomia (PORTUGUEZ, 2002).

Os interessados podem conhecer as plantações de hortaliças, legumes, flores, frutas e a fabricação de massas caseiras, típicas e de descendência italiana, que abastecem o mercado local. Cada propriedade oferece uma visita diferente.

## 2. HISTÓRICO

Para que se compreendam as características e a dinâmica do Turismo Rural, é preciso partir de uma contextualização de seu surgimento e desenvolvimento no mundo e conhecer o histórico e as peculiaridades que lhe são conferidas no Brasil. Há variadas hipóteses sobre o surgimento das primeiras experiências turísticas no meio rural. Contudo, pode-se afirmar que o Turismo Rural despontou como atividade econômica em meados do século XX, primeiramente na Europa e nos Estados Unidos. A década de 1980 é considerada o marco inicial da atividade no Brasil, Argentina e Uruguai, tendo as primeiras iniciativas de Turismo Rural surgido no Japão, na África e na Oceania nos anos 1990 e em países como Mongólia, Madagascar e Ucrânia apenas na década seguinte (ROQUE, 2009).

A partir do final de 1990, os aspectos positivos do Turismo Rural foram amplamente difundidos no País, fazendo com que um expressivo número de empreendedores de todas as regiões investissem nesse segmento, muitas vezes de forma pouco profissional ou sem o embasamento técnico necessário. Consequentemente, questões negativas de sua implantação também começaram a se manifestar, relacionadas, de modo geral, à sobrecarga da estrutura rural por um número elevado de visitantes e veículos, problemas legais, degradação ambiental e descaracterização do meio e da própria atividade (BRASIL, Ministério do Turismo, 2003).

Alguns outros fatores ajudam a entender as raízes pelas quais muitas localidades têm buscado este segmento, interessadas na dinamização social e econômica de seus territórios rurais e em benefícios como: diversificação da economia regional, pelo estabelecimento de micro e pequenos negócios; geração de novas oportunidades de trabalho e renda; incorporação da mulher ao trabalho remunerado; agregação de valor ao produto primário; diminuição do êxodo rural; melhoria da infra-estrutura de transporte, comunicação e saneamento no meio rural; melhoria dos equipamentos, dos bens imóveis e das condições de vida das famílias rurais; interiorização do turismo; conservação dos recursos naturais e do patrimônio cultural; promoção de intercâmbio cultural e enriquecimento cultural; integração das propriedades rurais e comunidade local; valorização das práticas rurais, tanto sociais quanto de trabalho e o resgate da auto-estima do campesino (CAMPANHOLA,2000).

A proposta do projeto é valorizar o que cada propriedade tem de peculiaridade. “A essência do agroturismo é quanto mais simplicidade, melhor. A ideia é que as pessoas conheçam as formas como eles vivem. A família abre as portas para mostrar seu modo de vida, sua cultura, sua gastronomia. O modelo adotado no Barsil é na realidade, uma adaptação das práticas tradicionais do norte da Itália.

Segundo PORTUGUEZ (2002) em meados da década de 60, quando as visitas passaram a ser vistas como oportunidades de revitalização da economia rural, que, além de numerosos problemas de ordem financeira, sofria também com o desestímulo dos agricultores, onde milhões de italianos deixaram o campo. A prática turística veio, neste sentido, como uma forma de estimular a geração de renda em atividades agrícolas, onde os visitantes entrariam por algum tempo no processo produtivo, até mesmo auxiliando na colheita, entre muitas outras atividades típicas do meio agrário.

### 3. O TURISMO RURAL

É o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometidas com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade. Vincula-se à segmentação do Turismo Rural e à sua especificidade – atividade turística comprometida com a produção agropecuária – a estratégia de desenvolvimento local e/ou territorial, denominada Produção Associada ao Turismo, que se caracteriza por qualquer atividade que detenha atributos naturais e/ou culturais de uma determinada

localidade ou região, capaz de agregar valor ao produto turístico. Geralmente, essas atividades estão relacionadas a artesanato, cultura, agronegócios, indústria e comércio.

No espaço rural, convivem várias segmentações mercadológicas do setor de Turismo, como o turismo de aventura, o turismo de natureza, o turismo de conservação, o ecoturismo e o Turismo Rural. O Turismo Rural também pode ser chamado de Agroturismo, único sinônimo admitido pelo Ministério do Turismo, e termo empregado pelo Estado do Espírito Santo para denominar as atividades desenvolvidas em terras capixabas e pelos Estados na Região Sul do país, principalmente Santa Catarina. Rural ou campo são termos entendidos como sinônimos no vocabulário técnico da área agrícola e ambos se referem a espaços além dos limites das cidades. Ou seja, espaços não urbanos e destinados às atividades agropecuárias.

No final do século 20 e no início do século 21, surge o fenômeno do novo rural, fazendo do campo um espaço de pluriatividade e multifuncional, além de trazer um novo ator como empreendedor: o homem da cidade que busca fazer negócio no meio rural.

Oficialmente, o Turismo Rural nasce em Lages (SC), em 1983, quando se reúne a Comissão Municipal de Turismo de Lages com o objetivo de fomentar atividades de complementação de renda, tendo em vista uma crise no setor agrícola. O embrião do marco regulatório é de maio de 1998, no I Congresso Internacional de Turismo Rural, realizado em Santa Maria (RS). A Carta de Santa Maria tem o mérito de reconhecer o Turismo Rural como atividade socioeconômica relevante para os produtores rurais e aponta a necessidade de normatização específica, de capacitação e de associações e parcerias.

#### 4. PROBLEMAS DE IMPLANTAÇÃO

De fato, tem-se constatado graves problemas ao nível das assimetrias verificadas por todo o país, os meios urbanos continuam a crescer freneticamente, enquanto os 3 espaços rurais vão perdendo pessoas, tradições e costumes locais. A quem permanece, se vê em dilemas como o esquecimento da administração pública e situações econômicas e sociais adversas. A realização de estudos e pesquisas tem o papel de possibilitar o conhecimento da realidade, de maneira a se preparar para ela. No Brasil, com a ampliação do interesse pelo Turismo Rural, surgiram alguns estudos, feitos em sua maioria em âmbito acadêmico, para conhecer a realidade da atividade. Na maior parte dos casos, até mesmo por seus objetivos, trata-se de estudos específicos, voltados para a realidade de um lugar ou de uma região, abordando principalmente a região Sul do País.

Hoje, poucas propriedades rurais dispõem de registros, ainda que simples, sobre o Turismo Rural, não havendo dados acerca da quantidade de turistas que recebem, períodos de maior e menor visitação, tempo despendido com a atividade, perfil do turista recebido, até mesmo pelo alto grau de informalidade existente no segmento, de maneira geral, o poder público tampouco dispõe de dados precisos, atualizados e confiáveis sobre o Turismo Rural. Desta forma pretende-se estabelecer a pesquisa, se de fato o turismo pode ser utilizado como instrumento para o desenvolvimento destas áreas, e com que medidas o turismo pode intervir no espaço rural sem alterar a sua verdadeira essência, ou até, se é possível fazê-lo.

No entanto, para que esse segmento de turismo possa, de fato, constituir-se em um fator de desenvolvimento, são necessárias “ações de estruturação e caracterização, para que essa tendência não ocorra desordenadamente, de modo a consolidar o Turismo Rural como uma opção de lazer para o turista e uma importante e viável oportunidade de renda para o empreendedor rural” (BRASIL, Ministério do Turismo. 2003).

É portanto, nesta tricotomia entre turismo, paisagem e pequeno produtor rural que se apura a resposta mais pertinente tentando atingir um equilíbrio entre desenvolvimento e preservação da identidade. Contudo, não se pode esquecer que cada situação é específica, e que apesar das linhas gerais expostas, só através do caso de estudo se pode perceber que uma mesma resposta resultaria ou não em desenvolvimento social e econômico.

## 5. CARACTERÍSTICAS

A paisagem rural – também composta pelo ser humano, sua cultura, suas práticas sociais e de trabalho – é um dos principais fatores de atratividade do Turismo Rural. As principais características dessa atividade referem-se a elementos, condições e aspectos que compõem a paisagem rural e configuram a ruralidade e seus principais atrativos. Conhecer essas características é fundamental para se entender a real diferença entre o chamado Turismo no Espaço Rural e o Turismo Rural. (LOTTICI, 2003).

Em virtude da inexistência de uma definição mundialmente consolidada, bem como de um consenso quanto à totalidade de seus elementos constituintes, há dificuldade em investigar e obter dados sobre Turismo Rural.(KRAHL, 2003)

O consumidor de Turismo Rural tende a buscar a aproximação com ambientes naturais e com a ruralidade – a paisagem deve representar um indicador de que ele está fora do seu

ambiente de rotina –, não se tratando simplesmente de uma viagem, mas sim uma experiência diferente e autêntica. Conhecer o perfil do consumidor é imprescindível para a oferta de produtos que atendam às suas expectativas, tornando mais eficientes as ações de estruturação, promoção, divulgação e comercialização. Existe uma tendência atual na busca do natural, do orgânico, do particular, fatores que contribuem para a valorização do Turismo Rural. Dessa forma, os elementos que o caracterizam devem ser estimulados visando se aprimorar as atividades, os produtos e serviços ofertados pelas propriedades rurais.

A paisagem, a natureza, a cultura, o modo de vida das comunidades tradicionais, os processos produtivos, a proximidade e a hospitalidade são os principais fatores de atratividade desta atividade. Neste sentido, é preciso identificar, na região e no âmbito das propriedades rurais, os atrativos capazes de materializar as expectativas e os desejos dos turistas. (Decreto nº 6.040/2007) Estudo para priorização de ações nos segmentos, encomendado pelo MTur à Fundação Getúlio Vargas em 2008, apontou a articulação interinstitucional e intersetorial como o problema mais urgente a ser resolvido no segmento de Turismo Rural. Tal constatação comprova uma realidade observada, na prática, por qualquer envolvido no segmento.

A articulação, que já havia sido apontada como uma das “Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural”, remete à parceria, que, definida como “reunião de indivíduos para alcançar um objetivo comum” (HOUAISS e VILLAR, 2004), agrega a idéia de cooperação. Parceria e cooperação são itens indispensáveis para o processo de desenvolvimento de um empreendimento, de uma comunidade ou de uma cadeia mais ampla e complexa. Além de ser uma estratégia, o desenvolvimento de parcerias é uma condição para a viabilidade do projeto.

A cooperação entre os diversos agentes, além de facilitar a organização, a divulgação e a comercialização do negócio, aumenta o leque de atrativos ofertados e potencializa a chance de envolvimento e de participação do poder público, especialmente na melhoria da infraestrutura básica, no fomento e na promoção (IBR, 2017).

Em relação às facilidades que a cooperação familiar rural proporciona para fins de promoção e comercialização dos produtos, o trabalho em conjunto facilita a organização e a divulgação do empreendimento e possibilita melhores condições para identificar as características da demanda, podendo se tornar um dos mais importantes diferenciais competitivos de determinada região.

O trabalho de forma cooperada também permite o aprimoramento do atendimento e a ampliação das 7 possibilidades de manutenção dos recursos naturais e culturais, além de auxiliar na profissionalização da gestão dos empreendimentos e na criação de novos produtos e serviços. É importante ressaltar que, sendo a maior parte dos empreendimentos de Turismo Rural de

pequeno porte, dificilmente o segmento será viável com a atuação isolada de empreendedores, sendo mais adequado o trabalho organizado sob as bases associativas e solidárias, utilizando-se como estratégia a roteirização (IBAMA, 2010).

Verifica-se no Brasil uma série de estratégias implementadas no sentido de buscar a viabilização econômica das propriedades rurais e que, ao mesmo tempo, podem aumentar a atratividade turística de determinados territórios, a saber: beneficiamento e processamento mínimo de matérias-primas de origem animal ou vegetal, transformando-as em embutidos, conservas, produtos lácteos, compotas, bebidas, artigos de vestuário, decorativos, utilitários etc; produção de alimentos ambientalmente correta: a sociedade valoriza cada vez mais métodos sustentáveis de produção de alimentos para se ter uma alimentação saudável e ambientalmente correta; diversificação da produção: plantio e criação de variadas espécies – de plantas e animais; tornar os produtos mais atrativos e competitivos requer, além da agregação de valor, um cuidado especial para que a inovação adotada garanta sua singularidade (BRASIL, 2007).

Embora a visitação a propriedades rurais seja uma prática antiga e comum no Brasil, apenas há pouco mais de vinte anos passou a ser considerada uma atividade econômica e caracterizada como Turismo Rural.

Devido às dificuldades econômicas do setor agropecuário, alguns proprietários rurais resolveram diversificar suas atividades e passaram a receber turistas. Hoje é bastante relevante o número de propriedades rurais que incorporam atividades turísticas em suas rotinas, sendo necessárias ações para a estruturação e a caracterização desse tipo de turismo para que essa tendência não ocorra desordenadamente e para que o segmento seja uma opção de lazer para o turista e uma importante e viável oportunidade de renda para o empreendedor rural. (IDESTUR, 2009)

## 6. O NOVO RURAL BRASILEIRO

A industrialização brasileira e a mecanização do campo provocaram êxodo rural e crescimento das cidades. Hoje a população total do país é de 190.732.694 pessoas. Entre 2000 e 2010 houve um crescimento de 12,3%, sendo que 84% estão vivendo em áreas urbanas e 16% em zona rural (IBGE, 2010).

Por outro lado, é importante destacar que o número de pessoas residentes em áreas rurais continua diminuindo no país, mas em um ritmo menos acelerado do que na década de 1990.

No censo de 2000 (IBGE), a média de habitantes que deixavam o campo era de 1,31% a cada ano, enquanto que a amostra de 2010 indicou uma média anual de 0,65%, queda significativa. Especialistas afirmam que esse ritmo de saída de pessoas do campo deve diminuir ainda mais, apontando como uma das causas os programas sociais do governo que auxiliam a manter a população em suas áreas rurais de origem, enfraquecendo-se o êxodo rural. Tais programas governamentais, buscam minimizar as enormes dificuldades que essa população está sujeita.

Segundo SILVA (1999), durante a década de 90 do século passado, a população residente em áreas rurais brasileiras e ocupada com atividades não agrícolas cresceu a uma taxa de 2,5% ao ano, volume maior que o desempenho da população economicamente ativa (PEA) voltada para atividades agrícolas, que neste período caiu 2,2% ao ano.

De acordo com o IPEA (2010), a PNAD (Pesquisa nacional de amostra domiciliar) de 2008 apontou (como no ano anterior) a tendência de ampliação do número de ocupados em atividades não agrícolas no meio rural. Entre os anos de 2004 e 2008, as ocupações não agrícolas cresceram e as ocupações agrícolas continuam diminuindo devido a entrada de novas tecnologias e configurações de manejo agrícola.

Neste contexto de transformações radicais, surge o que muitos estudiosos têm chamado de “Novo Rural”. De acordo com SILVA, GROSSI e CAMPANHOLA (2002), as aspás colocadas no termo “Novo Rural” são necessárias, pois muitas dessas atividades agrícolas já existiam há séculos no Brasil, mas não eram valorizadas. Eram modestos negócios agropecuários tais como piscicultura, floricultura, criação de pequenos animais, que, gradativamente, foram modificados para gerar emprego e renda na área rural.

Os autores enfatizam que tal valorização também ocorre com as atividades rurais não-agrícolas derivadas da crescente urbanização do meio rural (moradia, turismo, lazer e prestação de serviços) e com as atividades decorrentes da preservação do meio ambiente [...] (CAMPANHOLA, et al., 2002).

Na verdade, há uma tendência de estímulo ao balanceamento de atividades dos diferentes setores com ênfase em serviços, bem como, incentivo à produção com uso maior de mão-de-obra na agroindústria e no artesanato (SACHS,2004).

O crescimento das atividades não-agrícolas no meio rural vem modificando diversas unidades de produção e a dinâmica do espaço rural. A partir do início da década de 1990, cresce o fenômeno da Pluriatividade no espaço rural brasileiro, pois, além da maior diversidade de atividades agropecuárias, são adicionadas novas atividades não agrícolas (indústrias, condomínios residenciais, áreas de lazer e turismo), e intensificadas diversas atividades que

agregam valor aos produtos. Além da pluriatividade, aspectos como a segurança alimentar, conservação de paisagens, ecossistemas e agroecossistemas, e a reprodução social das famílias rurais, passam a ser utilizados para justificar as múltiplas funções que o agricultor familiar desempenha, e para reafirmar seu papel na sociedade. O conceito de Multifuncionalidade busca traduzir essas múltiplas funções (CANDIOTTO, 2009).

A multifuncionalidade no campo é oriunda da constatação de que a produção de bens primários submetidos às exigências do mercado não tem mais permitido que a agricultura cumpra as suas outras funções como a preservação da natureza em certos locais, manutenção do patrimônio cultural e oferta de emprego (LAURENT, 2000).

Em outras palavras, a multifuncionalidade indica funções-chave da agricultura relacionadas à segurança alimentar e funções ambiental, econômica e social. A proposta da multifuncionalidade aparece para reafirmar que a agricultura deve ser estendida, além da produção de alimentos, ao oferecimento de serviços e bens à sociedade. Os seus princípios orientadores voltam-se para as relações articuladas entre o econômico, o social e os processos biotécnicos (CARNEIRO e MALUF, 2005).

Aquela característica do mundo rural voltado para ocupações agrícolas implementadas em ambientes naturais, com baixa densidade populacional e menor divisão de trabalho vai se tornando, gradativamente, coisa do passado, havendo hoje diferenças menos palpáveis entre o campo e o urbano (KAGEYAMA, 2008).

Gradativamente observa-se uma dissolução de fronteiras entre o rural e o urbano, aparecendo uma outra racionalidade voltada para uma multiplicidade de funções do campo com destaque para sua imagem ligada ao mercado de bens simbólicos e estéticos. Essa situação é apontada como propícia ao desenvolvimento de atividades turísticas no meio rural como alternativa econômica que, se bem conduzida, pode poupar e conservar os patrimônios naturais e culturais.

## 7. A RELAÇÃO TURISMO E SUA APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO RURAL

A afirmação de que o Brasil é um país com grande extensão territorial e de forte aptidão rural é, tendenciosa diante do alto grau de urbanização. Desta forma, para tornar a análise dele mais condizente à realidade e permitir a ida à linha divisória entre o meio rural e o urbano, ele se utiliza das considerações e proposições de reclassificação sugeridas por Veiga, considerando:

- a) o tamanho populacional do município;
- b) a densidade demográfica;
- c) a localização.

Assim posto, o crescimento do turismo rural e sua apropriação do espaço campesino nos remete ao Continente Europeu e às afirmações de Cavaco (BRASIL, 2000).

Segundo o autor, na Áustria e Suíça, 20 % dos agricultores recebem turistas; na Holanda e Alemanha, 4 % e na França, 2%. Na Irlanda, 20% dos pernoites turísticos ocorrem em casas de campesinos. Em Portugal, 30% dos turistas que viajam nas férias se deslocam para o interior, na Espanha o número é de, aproximadamente, 27%. Na Itália, diversas propriedades rurais oferecem pernoites e acompanhamento nos processos de produção de queijo e vinho. Na Argentina, nossa vizinha, ao final da década de 60, quando do declínio da atividade pecuária, os proprietários de estâncias descobriram que a abertura de suas propriedades a interessados em caça e pesca poderiam colaborar no incremento da renda. Quanto ao Brasil, pode-se afirmar que ele vem crescendo e nos estados de: São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Goiás, Mato-Grosso, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais, apresentando-se como um incremento de renda às pequenas e médias propriedades rurais (OLIVEIRA, MOURA e SGAI, 2000).

É necessário, no entanto, o entendimento das estruturas produtivas do campo a fim de que se possa incorporar nelas os serviços turísticos. Para Boullón, estas estruturas têm de se adaptar ao turismo, devendo apresentar: definição quanto ao tipo de exploração turística rural; preparação do produto turístico (permanência, programação de atividades, transporte de acesso e interno, capacitação e treinamento de recursos humanos); definição da estrutura turística local (adaptação de casas para receber os turistas, construção de equipamentos – unidades habitacionais, piscinas, parques, trilhas, quadras de jogos, etc.); e definição de uma estratégia de marketing e comercialização.

É sabido que muitas dessas estruturas são instaladas de forma precária, com poucas opções de lazer, condições de conforto, segurança e higiene, além de outros problemas, não considerando o enquadramento conceitual da atividade e tão pouco a sua real viabilidade econômica. Assim, o turismo rural necessita de uma oferta qualitativa que atraia e mantenha a atividade, agregando valor ao meio rural e enfatizando a consciência relativa à proteção desse meio, bem como todo o seu patrimônio cultural e ambiental.

O Ministério do Turismo, via Embratur, considera como estratégias para esse fim: compatibilização da conservação e o desenvolvimento dos recursos turísticos; criação de uma oferta de alojamento e recreação, não concentradas e em pequena escala; contato com a natureza; e organização e a gestão do turismo realizada pela população campesina.

## 8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo-se em vista as ambivalências da vida humana, a nova ruralidade encontra-se permeada por reflexões, sonhos, expectativas e possibilidades (re)apropriadas. Uma característica crucial para o desenvolvimento de novas perspectivas pode ser visualizada na forte organização encontrada no meio rural da Europa, de uma forma geral. Na Holanda os agricultores participam frequentemente em atividades de desenvolvimento rural, buscando reduzir custos de transação e ampliar mercados para seus produtos e serviços. Por exemplo, os proprietários da Het Exoo decidiram ampliar suas atividades há dois anos, momento em que iniciaram atividades de agro-turismo.

Além disso, os agricultores pesquisados criaram outras formas de atender o público através de uma loja de produtos orgânicos. Importante ressaltar que as lojas nas propriedades são vendidas, Além dos produtos locais, são vendidos produtos oriundos das propriedades vizinhas. Buscando fortalecer suas relações com o mercado, encontram-se organizados em cooperativas e buscam, nestes espaços, informação e força para buscar novas alternativas de renda e resolver problemas cotidianos.

Este foi o primeiro passo, conforme os agricultores, importante para a inovação. Neste sentido, talvez o empreendedorismo não seja uma visão adequada para analisar determinados cenários, devido às suas características marcantes voltadas ao crescimento individual e a concorrência. Se o empreendedorismo incita projetos individuais, se sobrepondo aos coletivos, como conectá-lo à agroecologia, a qual visa fortalecer e impulsionar a organização social? (Guzmán, 2001; Altieri, 2001).

Tem-se uma nova ruralidade, imersa em um cotidiano complexo. A convivência com o risco, as tecnologias, a destruição do meio ambiente e a introdução de novas necessidades, devido ao estreitamento das fronteiras entre o rural e o urbano, caracterizam esses novos tempos. Seja como modo de vida ou como meio de incrementar renda e prospectar públicos de poder aquisitivo mais elevado, o turismo rural, de uma forma geral, tem sido uma importante ferramenta que estimula os processos criativos e de inovação, bem como aumenta o grau de autonomia e estratégias de sobrevivência no meio rural.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

SILVEIRA, M.A.T. Política de turismo: oportunidades ao desenvolvimento local. In: RODRIGUES, A.B. (Org.). Turismo Rural: práticas e perspectivas. São Paulo: Contexto, 2001.

PORTUGUEZ, A. P. Agroturismo e Desenvolvimento Regional. São Paulo: Hucitec, 2002.

ALMEIDA, J. A.(1999). Turismo rural: uma estratégia de desenvolvimento via serviços. In: Turismo no Espaço Rural Brasileiro. Anais. Congresso Brasileiro de Turismo Rural. Piracicaba: FEALQ.

SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO DE SÃO JOÃO DEL-REI. Disponível em: <http://secretariadecultura-sjdr.blogspot.com.br/> Acessado em 11 de agosto de 2017, às 14:30.

Decreto nº 6.040/2007. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm) Acessado em 12 de agosto de 2017, às 10:15.

INSTITUTO BRASIL RURAL. Disponível em: <http://www.institutobrasilrural.org.br/> Acessado em 14 de agosto de 2017, às 11:24 BRASIL, Ministério do Turismo. Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural. Brasília: Ministério do Turismo, 2003.

ROQUE, Andreia. Turismo Rural: do real ao imaginário. Projeto de Doutorado. Portugal: Universidade de Aveiro, 2009

CAMPANHOLA, Clayton; GRAZIANO da Silva, José. O Agroturismo como Nova Fonte de Renda para o Pequeno Agricultor Brasileiro. In: ALMEIDA, J. A.; RIEDL, M. 9 (Org). Turismo Rural: ecologia, lazer e desenvolvimento. São Paulo: Ed. Edusc, 2000.

LOTTICI KRAHL, Mara Flora. Turismo Rural: conceituação e características básicas. Dissertação de Mestrado. Brasília: GEA/IH/ UnB, 2003.

BRASIL, Ministério do Turismo & FIPE. Caracterização e Dimensionamento do Turismo Doméstico no Brasil. Relatório Final. Brasília: Ministério do Turismo, 2007.

BRASIL, Ministério do Turismo. Programa de Regionalização do Turismo. Roterização Turística. Módulo Operacional 7. Brasília: Ministério do Turismo, 2007. Disponível em <http://www.turismo.gov.br>

BRASIL, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. IBAMA. Disponível em <http://www.ibama.gov.br>. Acesso em setembro de 2010.

IDESTUR – INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO RURAL. Estudos Preliminares dos Marcos Legais do Turismo Rural para a Comissão de Esporte e Turismo da Câmara dos Deputados. Brasília: Idestur, 2009.

RETRATO DO TURISMO RURAL NO BRASIL com foco nos Pequenos Negócios. SEBRAE. Brasília, DF. 2013.

SACHS, Ignacy. Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

CANDIOTTO, L. Z. P. Turismo no Espaço Rural e Desenvolvimento Local: uma abordagem conceitual. In: Seminário de Turismo no Espaço rural e Desenvolvimento Local da UNESP, 1, 2008, Presidente Prudente. Anais ... Presidente Prudente, SP: UNESP, 2008.

LAURENT, Claude (2000), “Activité agricole, multifonctionnalité et pluriactivité”, in: Svy, H., Manchon, O. e Racapé, J. (éds), Produire, entretenir et accueillir: la multifonctionnalité de l’agriculture et le contrat territorial d’exploitation, , GREP, Paris.

CARNEIRO, M.J.e MALUF, R.S.:(org) Para além da produção. Multifuncionalidade e Agricultura Familiar.RJ/Brasília,Mauad/CPDAUFRRJ/NEAD, 2003.

KAGEYAMA, Angela A. 2008. *Desenvolvimento Rural. Conceitos e aplicação ao caso brasileiro*. UFRGS Editora. Porto Alegre.

SGAI. Turismo cultural no Vale do Paraíba - Uma experiência histórica. In: Anais do 2º Congresso Brasileiro de Turismo Rural: Turismo, novo caminho no espaço rural brasileiro. Coords. Cássio Garkalns de Souza Oliveira, José Carlos de Moura e Marco Sgai. Piracicaba, 2000.